



# ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das  
Contas e Financiamentos  
Políticos relativo às Contas da  
Campanha Eleitoral para a  
Eleição dos deputados à  
Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores,  
realizada em 25 de outubro de  
2020, apresentadas pelo Partido  
Popular Monárquico (PPM)**

**PA 8/ALRAA/20/2020**

junho 2024



## Índice

|   |    |
|---|----|
| Índice .....  | 1  |
| Lista de siglas e abreviaturas.....   | 2  |
| Sumário .....   | 3  |
| 1. Introdução .....   | 3  |
| 2. Método e Responsabilidade.....   | 3  |
| 2.1. Método.....  | 3  |
| 2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro .....  | 6  |
| 3. Informação Financeira.....   | 6  |
| 4. Resultados / Observações .....   | 7  |
| 4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha .....      | 7  |
| 4.2. Incumprimento do regime legal das receitas de campanha – contribuições de partidos políticos ..... | 8  |
| 4.3. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado .....                                | 9  |
| 4.5. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha .....  | 12 |
| 5. Conclusões.....  | 13 |
| 6. Direito ao Contraditório .....   | 14 |
| Lista de Anexos.....  | 15 |



### Lista de siglas e abreviaturas

|                     |   |
|---------------------|---|
| ALRAA 2020          | Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020                          |
| ECFP                | Entidade das Contas e Financiamentos Políticos  |
| IAS                 | Indexante de apoios sociais   |
| Lei n.º 19/2003     | Lei n.º 19/2003, de 20 de junho   |
| LO n.º 2/2005       | Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro   |
| Listagem n.º 2/2020 | Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020                  |
| PA                  | Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido |
| PPM                 | Partido Popular Monárquico  |
| SMN                 | Salário Mínimo Nacional   |



## Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **PPM**, relativo às contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

### 1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Popular Monárquico**, daqui em diante designado por **PPM**, ou apenas por **Candidatura**.

### 2. Método e Responsabilidade

#### 2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

## 2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

## 3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 36.718,48 EUR (Anexo I) e uma despesa total de 53.855,12 EUR (Anexo II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo negativo, no valor de 17.136,64 EUR.

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de subvenção estatal, no valor de 34.538,48 EUR, contribuição de partido político, no valor de 1.700,00 EUR, e cedência de bens a título de empréstimo, no valor de 480,00 EUR.



#### 4. Resultados / Observações

##### 4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

No caso, a Candidatura apresentou um Anexo com notas explicativas (cfr. fls. 40 do PA) que apenas contém informação relativa à decomposição das dívidas a terceiros e à data de encerramento da conta bancária, estando omitidas todas as demais informações impostas pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho (SNC).

Note-se que o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas, conforme impõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea e), do SNC. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo, publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07, nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.





#### 4.2. Incumprimento do regime legal das receitas de campanha – contribuições de partidos políticos

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, a Candidatura registou no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuições de Partidos Políticos” as seguintes contribuições do Partido Popular Monárquico, no valor total de 1.700,00 EUR (cfr. fls. 81 do PA e extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN \_\_\_\_\_ aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos, S.A.”, de fls. 26 a 29 do Anexo I do PA):

- A. Registo de contribuição de partido político, no valor de 1.650,00 EUR, suportada pela transferência bancária datada de 11/03/2021 e com o descritivo “TRF TRF CAIXADIRECTA” (não identificando o ordenante), e;
- B. Registo de contribuição de partido político, no valor de 50,00 EUR, suportada pela transferência bancária datada a 12/04/2021 e com o descritivo “TRF PARTIDO POPULAR M”.

Da análise efetuada às contribuições *supra* identificadas verificou-se que não foi disponibilizado documento, emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido, que certifique os



montantes efetivamente contribuídos, concluindo-se, pois, que não se mostram devidamente comprovadas as receitas provenientes de contribuições do PPM.

Pelo exposto, a situação supra descrita conduz à verificação da violação das disposições conjugadas nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

#### 4.3. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

*In casu*, foram registadas no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, Comunicação impressa e digital” (cfr. fls 70) despesas, no valor total de 88,84 EUR, cujos valores



unitários são divergentes dos valores de mercado contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho, conforme análise a seguir documentada (cfr. fls. 70 do PA):

**A.** Registo de despesa no valor total de 34,56 EUR, suportada pela fatura “FA 20SMD/3711”, datada de 21/10/2020, do fornecedor “Accional – Publicidade e Comunicação Visual, Lda.”, na qual estão elencados os seguintes meios de campanha adquiridos (cfr. 100 do PA):

- i. Duas unidades de “Vinil autocolante com impressão Digital”, com as dimensões “0,46 x 0,46”, pelo valor unitário de 5,25 EUR.

Do capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.2 – Impressão digital em tela”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor máximo de mercado estabelecido para a aquisição de cartazes com “2.2.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68” é de 5,00 EUR por unidade.

Assim, ao serem adquiridos vinis autocolantes pelo valor unitário de 5,25 EUR, verifica-se que foi ultrapassado o limite máximo em 0,25 EUR, e;

- ii. Uma unidade de “Vinil autocolante com impressão Digital” com dimensão “0,20 x 0,20” e valor unitário de 1,00 EUR.

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.2 – Impressão digital em tela”, extrai-se que este valor se encontra 4,00 EUR abaixo do limite mínimo estipulado para a aquisição de cartazes com “2.2.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68”, acima referida.

**B.** Registo de despesa no valor de 2.238,46 EUR, suportada pela fatura “00000861”, datada de 21/10/2020, do fornecedor “Maria Margarida C.M. Gonçalves da Rosa, Unip., Lda.”, na qual consta a aquisição de 23 unidades de cartazes impressos, com o descritivo



“IMPRESSÃO CARTAZES – A3 4/0 papel coche 125gr Pico”, pelo valor unitário de 2,00 EUR (cfr. 104 do PA).

Do capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.1 – Impressão digital em papel”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de mercado estabelecido para a aquisição de cartazes com “2.1.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68” é de 4,00 EUR por unidade.

Pelo exposto, a Candidatura adquiriu cartazes A3 por valor inferior ao limite mínimo.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a), e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável.** Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas em **A.** e **B.**, não sendo objeto de esclarecimento por parte da Candidatura, e, conseqüentemente, não permitindo à ECFP aferir da razoabilidade das despesas identificadas, consubstanciam a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. E os valores unitários que se encontrem acima do limite máximo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, o seu excesso, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, não corresponde a uma despesa de campanha eleitoral nos



termos do artigo 19.º, n.º 1, do mesmo diploma (cfr. por todos, o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho).

#### 4.5. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005, os partidos políticos e coligações eleitorais que apresentem candidaturas às eleições (...), estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00 EUR, para o ano de 2020).

No caso, a Candidatura registou no “Mapa 10 – Conta – Despesas de Campanha – Brindes e outras ofertas” e no “Mapa 7 – Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, Comunicação impressa e digital” as seguintes despesas, no valor total de 8.654,89 EUR. Ora, atenta a natureza dos meios concretamente adquiridos no caso em análise, que só podem ser utilizados em ações de campanha, não soçobram dúvidas quanto à necessidade de cumprir in casu o dever de comunicação imposto pelo referido artigo 16.º, n.º 1, (cfr. fls. 70, 73, 95 verso, 96 verso e 97 do PA):

*em EUR*

| Nome do fornecedor                                | Documentos |        |            | Descrição da despesa  | Valor    |
|---|------------|--------|------------|---|----------|
|   | Tipo       | Número | Data       |   |          |
| Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda. | Fatura     | 628    | 22/10/2020 | "Esferográficas"  | 782,00   |
|   |            |        |            | "T-Shirt Keya branca (stock)"   | 3 502,00 |
| Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda. | Fatura     | 3735   | 22/10/2020 | "Desdobráveis com 2 rubrica em simultaneo (12,500+7.500) no formato A4 aberto, Impressão 4/4 cores quadricromia em papel 80 grs acabamentos 1 dobra a meio - S. Miguel" | 870,00   |
| Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda. | Fatura     | 3736   | 22/10/2020 | "Desdobráveis com 1 no formato A4 aberto, Impressão 4/4 cores quadricromia em papel 80 grs acabamentos 1 dobra a meio"  | 726,00   |



Refere-se que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram como meios somente utilizáveis em ações de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.

Pelo exposto, é se concluir que, no caso em apreço, a conduta descrita importa o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

## 5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, são de salientar as seguintes irregularidades:

- i. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 4.1.);
- ii. Incumprimento do regime legal das receitas de campanha – contribuições de partidos políticos (ver ponto 4.2.);
- iii. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 4.3.), e;
- iv. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 4.5.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma



dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Popular Monárquico**.

#### 6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o **Partido** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO 2/2005).

Lisboa, 6 de junho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Lígia Ferro da Costa

(Vogal)

Pedro Roque

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



**Lista de Anexos**

**ANEXO I**

Receitas de Campanha

**ANEXO II**

Despesas de Campanha





Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

PPM - Partido Popular Monárquico

Anexo XI  
Conta - Receitas de Campanha

| Receitas                                | Detalhe | Euros     |           |           |
|---|---------|-----------|-----------|-----------|
|   |         | Valor     |           |           |
|   |         | Real      | Orçamento | Desvio    |
| Subvenção estatal                       | Mapa M1 | 34 538,48 | 28 000,00 | -6 538,48 |
| Contribuição de Partido(s) Político(s)  | Mapa M2 | 1 700,00  | 10 000,00 | 8 300,00  |
| Produto de Angariação de Fundos         | Mapa M3 | 0,00      | 0,00      | 0,00      |
| Subtotal                                |         | 36 238,48 | 38 000,00 | 1 761,52  |
| Donativos em especie                    | Mapa M4 | 480,00    |           |           |
| Cedência de bens a título de empréstimo | Mapa M5 | 0,00      |           |           |
| Subtotal                                |         | 480,00    |           |           |
| Total das Receitas                      |         | 36 718,48 |           |           |

ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

PPM - Partido Popular Monárquico

Anexo XII

Conta - Despesas de Campanha

| Despesas   | Detalhe  | Euros     |           |            |
|--|----------|-----------|-----------|------------|
|  |          | Real      | Orçamento | Desvio     |
| Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado | Mapa M6  | 5 782,00  | 10 000,00 | -4 218,00  |
| Propaganda, comunicação impressa e digital                         | Mapa M7  | 27 408,12 | 7 000,00  | 20 408,12  |
| Estruturas, cartazes e Telas                                       | Mapa M8  | 0,00      | 10 000,00 | -10 000,00 |
| Comícios, espetáculos e caravanas                                  | Mapa M9  | 9 388,38  | 2 000,00  | 7 388,38   |
| Brindes e outras ofertas   | Mapa M10 | 6 771,61  | 6 000,00  | 771,61     |
| Custos administrativos e operacionais                              | Mapa M11 | 4 505,01  | 3 000,00  | 1 505,01   |
| Outros   | Mapa M12 | 0,00      | 0,00      | 0,00       |
| Subtotal   |          | 53 855,12 | 38 000,00 | 15 855,12  |
| Donativos em especie   | Mapa M13 | 0,00      |           |            |
| Cedência de bens a título de empréstimo                            | Mapa M14 | 0,00      |           |            |
| Subtotal   |          | 0,00      |           |            |
| Total das Despesas   |          | 53 855,12 |           |            |